

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI

CNPJ 23.453.830/0013-03

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$							
Ativo	Nota	2017	2016				
Circulante		4.938.492	3.331.423				
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3	2.981.145	1.247.827				
Contas a receber	2g e 4	501.261	700.000				
Estoques	2b	54.886	118.357				
Adiantamento a fornecedor		2.243	-				
Adiantamento a funcionário		28.265	-				
Outros Créditos	5	1.370.692	1.265.239				
Não Circulante		547.681	628.939				
Imobilizado líquido	2c e 6	16.481	2.632				
Intangível líquido	2d e 7	154.434	191.210				
Imobilizado-contrato de gestão líquido	2c e 6	368.039	423.404				
Intangível-contrato de gestão líquido	2d e 7	8.727	11.693				
Total do Ativo		5.486.173	3.960.362				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - EM R\$							
Descrição	Patrimônio social	Transferência	Ajustes Exercício Anterior	Superávit do Período	Total		
Em 31 de dezembro de 2015							
Transferências enviadas	-	(262.905)	-	-	(262.905)		
Superávit do período	-	-	-	3.294.465	3.294.465		
Em 31 de dezembro de 2016							
Incorporação ao patrimônio	3.031.560	(262.905)	-	(3.294.465)	-		
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	434	-	434		
Superávit do período	-	-	-	1.541.204	1.541.204		
Em 31 de dezembro de 2017	3.031.560		434	1.541.204	4.573.198		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Unacon do Hospital Regional do Tucuruí foi inaugurado oficialmente pelo governo do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico a usuários do SUS para tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 poltronas e dois leitos de retaguarda para realização de quimioterapias, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, baquiterapia, análises clínicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é 100% SUS - Sistema Único de Saúde, assegurando assistência universal e gratuita. Contrato de Gestão: O Unacon do Hospital Regional do Tucuruí administrado desde 10 de março de 2016 por meio de contrato de gestão nº 003/SES/PA/2016 pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - CNPJ 23.453.830/0001-70, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416. Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017 protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018, Ministério da Saúde. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007, 11.941/2009, com os pronunciamentos e suas respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, incluídas na legislação brasileira, são denominadas práticas adotadas no Brasil, assim como a Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC ITG 2002 e a Lei 12.101/2009, relativas às entidades sem finalidade de lucro. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. c) Ativo Imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. d) Ativo Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Apuração do Superávit/Déficit do período: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. f) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência. g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. h) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2016 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. i) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.							
3. Caixa e Equivalentes de Caixa:							
Descrição	2017	2016					
Caixa	307	377					
Banco conta movimento	69.302	153.322					
Aplicações em CDB	2.911.536	1.094.127					
	2.981.145	1.247.827					
4. Contas a Receber: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará.							
Descrição	2017	2016					
Contrato 003/2016 - SESPA	501.261	700.000					
	501.261	700.000					
5. Outros Créditos:							
Descrição	2017	2016					
Créditos a receber de Tailândia	1.366.352	-					
Créditos a receber da Sede	4.340	-					
	1.370.692	-					
6. Imobilizado:							
	Mov. Utilitários 10%	Instr. de Cirurgia 10%	Aparelho Medicina 10%	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2016							
Saldo inicial	2.794	-	-	2.794			
Depreciação	(162)	-	-	(162)			
Saldo final	2.632			2.632			
Saldo em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	2.632	-	-	2.632			
Aquisição	2.728	9.448	3.212	15.388			
Depreciação	(405)	(866)	(268)	(1.539)			
Saldo final	4.955	8.582	2.944	16.481			
Imobilizado contrato de Gestão.							
Valor líquido contábil	Ap. Med e Cirurg. 10%	Equip. Inform. 10%	Instalações 10%	Inst. de Cirurgia 10%	Máquinas e Equip. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016							
Saldo inicial	100.943	107.012	37.537	8.690	76.160	116.300	446.642
Depreciação	(3.357)	(9.187)	(1.877)	(435)	(3.748)	(4.634)	(23.237)
Saldo final	97.586	97.825	35.660	8.256	72.412	111.666	423.404
Saldo em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	97.586	97.825	35.660	8.256	72.412	111.666	423.404
Depreciação	(10.094)	(21.402)	(3.754)	(3.870)	(7.613)	(5.330)	(35.365)
Saldo final	87.491	76.423	31.906	7.385	64.797	100.036	368.039

continua

...continuação

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI**

CNPJ 23.453.830/0013-03

11. Obrigações Fiscais:	2017	2016	Descrição	2017	2016
Descrição			Imobilizado - contrato de gestão	446.642	446.642
ISS a recolher	1.096	4.417	Intangível - contrato de gestão	12.848	12.848
PIS/COFINS/CSL a recolher	7.202	6.386	Total investido em ativo	459.490	459.490
INSS s/serviços a recolher	909	1.734	Depreciação/amortização acumulada	(82.724)	(24.393)
IRRF s/serviços a recolher	2.179	2.866	Total imobilizado/intangível líquido	376.766	435.097
	11.386	15.403	Receta diferida	376.766	435.097

12. Receitas Diferidas: O hospital recebeu em 2016 o total de R\$ 493.202 como verba para investimento, sendo que R\$ 33.712 se refere a bens de pequeno valor. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2017, refere-se à entrada do imobilizado/intangível com o contrato de gestão no hospital em 2016, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

13. Superávit do Período: Refere-se ao superávit auferido no exercício de 2017 do Contrato de Gestão n. 003/201 com a Secretaria de Saúde do Pará. **14. Isenções Usufruídas:** Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da

Descrição	2017	2016
Isenção das contribuições previdenciária	443.473	199.073
COFINS	216.227	189.000
	659.700	388.073

Tucuruí - PA, 31 de dezembro de 2017
Thiarie Dassí Selma do Carmo Ribeiro
 Diretor Executivo Contadora
 CPF. 685.679.529-72 CRC CT 1SP 159.113/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UNACON do Hospital Regional de Tucuruí - Tucuruí - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2018. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP. nº 2SP 14.712/O-2**
Fabio de Farias Vieira - Contador CRC 1SP 218.852/O-0
 Auditor Independente - CNAI 2.452.

Protocolo: 306633

